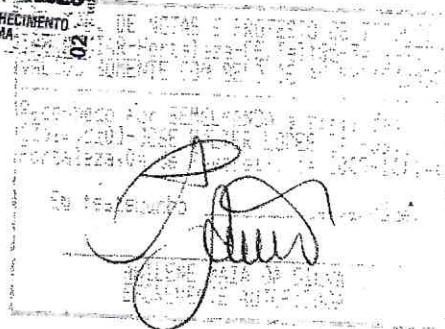


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

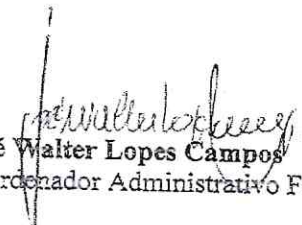
Atestamos para os devidos fins, que a Empresa Serval Serviços e Limpeza Ltda, estabelecida à Rodovia CE- 040 KM 6 bairro Amador Eusébio – CE, inscrita no CNPJ : 07.360.290/0001-23, vem prestando serviços de mão de obra terceirizada nas categorias abaixo:

- 08 Motorias
- 03 Aux.de Administração
- 01 Garçon
- 01 Contínuo
- 02 Recepcionistas
- 01 Técnico em Eletrônica
- 01 Copeiro
- 04 Secretária Executiva
- 08 Técnico de Apoio Administrativo
- 03 Operador de Apoio a Eventos
- 01 Pintor
- 14 Zeladores
- 02 Jardineiros
- 05 Eletricistas
- 02 Garagistas
- 04 Cabineiros



Outrossim informam que a referida Empresa vem cumprindo todas as cláusulas contratuais desde 26 de junho de 2008 até a presente data, nada havendo que desabone sua capacidade técnica.

Fortaleza – CE 20 de janeiro de 2008.


José Walter Lopes Campos
Coordenador Administrativo Financeiro





GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DO TURISMO

CONTRATO Nº 26/2008

PROCESSO SPU Nº 07454438-1

CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A SECRETARIA DO
TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ E A
EMPRESA SERVAL SERVIÇOS E
LIMPEZA LTDA, PARA OS FINS NELE
INDICADOS.

O Estado do Ceará, através da **SECRETARIA DO TURISMO - SETUR**, doravante denominada simplesmente **SETUR** ou **CONTRATANTE**, com sede na Avenida Ministro José Américo, S/N, Edifício SEPLAG – Térreo - Cambéba, Fortaleza - CE, inscrita no CNPJ/MF sob o N.º 00.671.077/0001-93 e denominado de **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Secretário, **BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA**, portador da cédula de identidade de n.º 93002274310, órgão expedidor SSP/CE e do CPF/MF nº. 548.247.107 – 15, residente e domiciliado nesta capital e a empresa **SERVAL SERVIÇOS E LIMPEZA LTDA** estabelecida na Rodovia CE 040, nº 5755 – km 06, Amador – Eusébio – Ce, CEP: 61.760-000, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº 07.360.290/0001-23, aqui denominada de **CONTRATADA**, neste ato representada por sua representante legal **Eliane Gurgel Monteiro**, brasileira, casada, administradora, inscrita sob a Identidade nº 950.021.709.61 SSP-Ce e CPF nº 139.703.723-72, residente e domiciliada em Fortaleza – Ce, RESOLVEM celebrar este Contrato mediante as Cláusulas e condições a seguir:

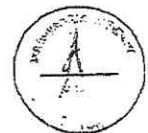
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1 - O presente Contrato tem como fundamento o **Pregão Presencial nº 001/2008**, devidamente homologado pela autoridade competente, Sr. Fernando Antônio Costa de Oliveira, Processo Administrativo nº 07454438-1- SPU/, tudo de acordo com a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Estadual nº 28.089/06, com aplicação subsidiária das normas gerais da Lei n.º 8.666, de 21/06/93 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993, e a proposta do(a) CONTRATADO(A), tudo parte integrante deste Termo, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL

2.1 - A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação do serviço de **MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADA**, cujos empregados sejam regidos pela **CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT)**, para atender as necessidades da área da SETUR, nas categorias de Eletricista, Técnico em Eletrotécnica, Pintor, Zelador, Copeiro, Contínuo,

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Edifício SEPLAG – Térreo
Cambéba – CEP 60.839-900, Fortaleza(CE)





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DO TURISMO

Secretário Executivo, Jardineiro, Auxiliar de Administração, Garçom, Garagista, Recepcionista, Cabineiro, Motorista, Motorista Executivo, Operador de Apoio de Eventos e Técnico em Apoio Administrativo, da Secretaria do Turismo - SETUR, conforme especificado nos Anexos I e II deste edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 - O valor mensal do presente contrato é de R\$ 72.487,76 (setenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos), importando em um valor global de R\$ 869.853,12 (oitocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e três reais e doze centavos), pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

4.1 - Os preços oferecidos em função da taxa de administração serão irrevogáveis;

4.2 - Quando da repactuação salarial das categorias através de convenção coletiva de trabalho, será feito o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.3 - Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aquelas decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

5.1 O prazo de duração do contrato será contado a partir do dia 26 de junho do corrente ano até completar 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da administração, nos termos da legislação pertinente.

CLAÚSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

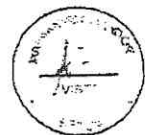
6.1. Indicar, conforme determina o Decreto Federal 2.271/97, Art. 6º, um gestor para o contrato, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

6.2 Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.3 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição;

6.4 Planejar, executar, coordenar, fiscalizar e controlar todas as atividades, visando o perfeito e total cumprimento do objeto desta licitação;

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Edifício SEPLAG – Térreo
Cambeba – CEP 60.839-900, Fortaleza(CE)





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DO TURISMO

6.5 Determinar o horário da realização dos serviços podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da CONTRATANTE, com observância das leis trabalhistas;

6.6 Reembolsar a CONTRATADA os valores decorrentes de pagamentos de diárias, devidamente comprovados, em caso de indispensável deslocamento de empregado da CONTRATADA a serviço, para outra localidade diferente da sua lotação, na forma e condições estabelecidas na legislação pertinente e no valor estabelecido na Convenção/Dissídio coletivo de trabalho da categoria profissional respectiva. Nos deslocamentos para fora do Estado será paga, além das diárias, a passagem aérea classe econômica, observando-se o disposto no Art. 65, da Lei nº 8.666/93;

6.7 Reembolsar à CONTRATADA os valores de despesas, devidamente comprovadas, decorrentes de pagamentos de horas extras, quando for o caso;

6.8 Reembolsar à CONTRATADA as importâncias pagas aos empregados a título de Vale-Alimentação, observado o número de dias úteis laborados no mês civil e os valores constantes da Convenção Coletiva da categoria a que pertencam;

6.9 Solicitar que a CONTRATADA realize treinamento específico a fim de atender interesse exclusivo da SETUR, permanecendo a responsabilidade primária da CONTRATADA em manter a especialização e qualidade dos serviços licitados. Os custos de correntes dessa exigência serão ressarcidos pela Administração;

6.10 Fixar a data para a realização do **pagamento dos terceirizados**, inclusive dos vales alimentação, vales transportes, diárias, adicionais, insalubridade, periculosidade, ou qualquer outro valor que venha a ser atribuído à categoria;

6.11 A CONTRATANTE não se obriga a reajustar os salários que permaneçam acima dos pisos salariais reajustados em Convenção Coletiva, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

6.12 E demais elencadas no Anexo II – Termo de Referência.

CLAÚSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Manter, durante todo o período de duração do contrato, um escritório instalado na cidade de Fortaleza com toda a infra-estrutura adequada para atender as necessidades da CONTRATADA no intercâmbio financeiro e de recursos humanos;

7.2 Realizar o pagamento dos terceirizados na data fixada pela CONTRATANTE, inclusive quanto aos vales alimentação, vales transportes, diárias, adicionais, insalubridade, periculosidade, ou qualquer outro valor que venha a ser atribuído à categoria;

7.3 Proceder ao pagamento de diárias, devidamente comprovados, em caso de indispensável deslocamento de empregado da CONTRATADA a serviço, para outra localidade diferente da sua lotação, na forma e condições estabelecidas na legislação pertinente e no valor estabelecido na Convenção/Dissídio coletivo de trabalho da categoria profissional respectiva. Nos deslocamentos

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Edifício SEPLAG – Térreo
Cambeba – CEP 60.839-900, Fortaleza(CE)



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DO TURISMO

para fora do Estado será paga, além das diárias, a passagem aérea classe econômica, observando-se o disposto no Art. 65, da Lei nº 8.666/93;

7.4 Realizar treinamento específico a fim de atender interesse exclusivo da SETUR, permanecendo a responsabilidade primária de manter a especialização e qualidade dos serviços licitados;

7.5 Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as **condições de habilitação e qualificação** exigidas na Lei de Licitações;

7.6 Providenciar a substituição de qualquer empregado que esteja a serviço da CONTRATANTE, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contrato;

7.7 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, objeto desta licitação, não podendo ser argüido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento de execução dos referidos serviços;

7.8 Responder por todas as despesas e obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências relativas ao objeto contratual, respondendo, especificamente, pelo fiel cumprimento das Leis Trabalhistas e Legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para executar os serviços contratados;

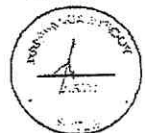
7.9 Assumir as responsabilidades de pagamentos de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem Federal, Estadual e Municipal, ou que vierem a ser criados, bem como quaisquer encargos Judiciais ou Extrajudiciais que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência de celebração do contrato e da execução dos serviços previstos;

7.10 É de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, a integral observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida, cabendo-lhe o fornecimento dos equipamentos de proteção individual acaso necessários;

7.11 Apresentar mensalmente à CONTRATANTE, as folhas de pagamentos e as guias de recolhimentos dos encargos sociais exigidos em legislação vigente, em que se comprove a inclusão de empregados utilizados nos serviços contratados, os quais não terão, em tempo algum, durante o período contratual, nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE ou com o Governo do Estado do Ceará, sendo também de responsabilidade da CONTRATADA, o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias, fiscais e para fiscais, (FGTS, PIS, EMOLUMENTOS, SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO e outros previstos em lei), ficando excluída qualquer solidariedade do CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da CONTRATADA com referência às suas obrigações não as transfere à CONTRATANTE;

7.12 Na vigência do contrato, a CONTRATADA terá o prazo máximo de **cinco dias úteis** subsequentes ao término dos serviços prestados mensalmente, para comprovar junto à CONTRATANTE, sob pena de ser considerado inadimplemento contratual, suscetível da aplicação das penalidades previstas em contrato, todos os pagamentos legais e obrigatórios efetuados,

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Edifício SEPLAG - Térreo
Cabebea - CEP 60.839-900, Fortaleza(CE)





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DO TURISMO

inerentes à execução do objeto contratual, excetuados aqueles que, por força de disposição legal específica, tal prazo seja superior ao ora especificado;

7.13 O pagamento ficará condicionado a comprovação de quitação das obrigações contidas no subitem "7.9";

7.14 Apresentar a CONTRATANTE, previamente, a escala de férias dos empregados que estiverem à sua disposição, bem como fazer suas reposições com as mesmas características profissionais daqueles beneficiados por férias ou licenças;

7.15 Cumprir as demais exigências estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

CLAÚSULA OITAVA - DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 - A SETUR, por intermédio da sua célula competente, realizará o pagamento à CONTRATADA através da emissão de NE (Nota de Empenho), mediante depósito bancário em conta a ser fornecida pelo próprio licitante que, preferencialmente deverá ser no BANCO BRADESCO.

8.2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.

8.3- E demais elencadas no Anexo II.

CLAÚSULA NONA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - Os recursos financeiros correrão à conta da SETUR, cujos recursos serão provenientes da seguinte Dotação Orçamentária, devendo ser desembolsados no período de duração do contrato: 36100003.23.126.400.25111.22.3390.37.00.00.0.00-11035.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO DO CONTRATO

10.1 - A gestão do presente Contrato será realizado pela Auxiliar Técnica da SETUR, Sônia Maria Rodrigues Lopes, quem será competente para atestar a execução dos serviços ora contratados.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1- A Adjudicatária deverá oferecer a título de garantia do contrato, e conforme o art. 56, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, 5% (cinco por cento) do valor do contrato, atualizado, podendo optar por uma das modalidades seguintes:

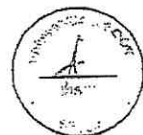
a) Caução em dinheiro ou título da dívida pública, vedada à prestação de garantia através de títulos da Dívida Agrária.

b) Fiança Bancária;

c) Seguro -Garantia.

11.2 - A Garantia prestada será liberada ou restituída após a execução do Contrato, e, quando em dinheiro corrigida monetariamente.

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Edifício SEPLAG - Térreo
Cambeba - CEP 60.839-900, Fortaleza(CE)





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DO TURISMO

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO LOCAL DA REALIZAÇÃO DO OBJETO

12.1 – Os serviços serão executados pelos empregados da contratada na sede da Secretaria do Turismo, no Centro de Convenções, no Centro de Turismo, no Teleférico de Ubajara, na Ponte dos Ingleses e nos Postos de Informações.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - A **CONTRATADA** sujeitar-se-á, em caso de atraso ou desistência do cumprimento de suas obrigações, definidas neste Instrumento ou em outros que o complementem, às seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

- a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, incidente sobre o valor global estimado do contrato, no caso da realização parcial ou não realização dos serviços;
- b) 10% (dez por cento) após o trigésimo dia de atraso, incidente sobre o valor global estimado, no caso da realização parcial ou não realização dos serviços;
- c) 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global estimado, no caso de desistência de realizar os serviços com o conseqüente cancelamento da Nota de Empenho;

13.2. Uma vez iniciada a plena execução do Contrato, seja o mesmo rescindido por culpa da **CONTRATADA**, ficara essa sujeita às seguintes cominações, independentemente de outras sanções previstas na lei 8.666/93 e suas alterações:

- a) Perda integral da garantia de execução do contrato;
- b) Multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;
- c) Declaração de Inidoneidade ou suspensão do direito de licitar com as Entidades do Estado do Ceará.

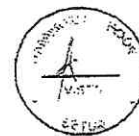
13.3. As multas aplicadas serão descontadas "ex-officio" de qualquer crédito existente da **CONTRATADA** ou cobradas judicialmente e terão como base de cálculo o cronograma inicial dos serviços.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1. – O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

14.2 – Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à **CONTRATANTE** são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, §§ 1º a 4º, da Lei citada.

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Edifício SEPLAG – Térreo
Cambéba – CEP 60.839-900, Fortaleza(CE)





GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DO TURISMO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 – Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado do Ceará.

Fortaleza (CE), 19 de junho de 2008.

CONTRATANTE

Bismarck Costa Lima Pinheiro Maia
Secretário de Turismo

CONTRATADA

Eliane Gurgel Monteiro
Administradora

Visto:

Sandra Maria Lopes Pinheiro
Assessora Jurídica SETUR

TESTEMUNHAS:

1º

NOME: Juliana Braz Paula
C.P.F. nº 018.694.713-50
R.G nº _____

2º

NOME: Fabiano Barreto da Costa
C.P.F. nº 705.711.633-00
R.G nº 93604008596 SS4/06

